



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2727 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 19 - Educação Matemática

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA SALA DE AULA: UM OLHAR SOCIOLÓGICO
Luzia de Fatima Barbosa Fernandes - UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

Este trabalho tem como objetivo analisar uma atividade apresentada no material didático produzido pelo Governo Federal desde a implantação da *Estratégia Nacional de Educação Financeira*, instituída em 2010 no Brasil. A coleção completa de materiais didáticos contempla todos os anos do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O referencial teórico-metodológico adotado provém dos estudos da Sociologia e da Sociologia da Educação. Adotamos como método de pesquisa o levantamento de materiais didáticos e de leis de implantação da educação financeira nas escolas brasileiras. Com a análise proposta, busca-se entender qual a atividade adotada no material para entendermos como a educação financeira está sendo tratada por esse material específico. A atividade nos aponta para a constituição de uma educação financeira voltada para um público de baixa renda e mantém, em seus pressupostos, a racionalidade nas decisões financeiras cotidianas e a valorização de atitudes individualistas, marcadas por uma educação que atende aos preceitos do capitalismo financeiro e do neoliberalismo.

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA SALA DE AULA: UM OLHAR SOCIOLÓGICO

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar uma atividade apresentada no material didático produzido pelo Governo Federal desde a implantação da *Estratégia Nacional de Educação Financeira*, instituída em 2010 no Brasil. A coleção completa de materiais didáticos contempla todos os anos do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O referencial teórico-metodológico adotado provém dos estudos da Sociologia e da Sociologia da Educação. Adotamos como método de pesquisa o levantamento de materiais didáticos e de leis de implantação da educação financeira nas escolas brasileiras. Com a análise proposta, busca-se entender qual a atividade adotada no material para entendermos como a educação financeira está sendo tratada por esse material específico. A atividade nos aponta para a constituição de uma educação financeira voltada para um público de baixa renda e mantém, em seus pressupostos, a racionalidade nas decisões financeiras cotidianas e a valorização de atitudes individualistas, marcadas por uma educação que atende aos preceitos do capitalismo financeiro e do neoliberalismo.

Palavras-chave: Educação Financeira; Educação Matemática; Educação Básica; Sociologia.

Introdução

Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento que tem como foco de investigação a educação financeira voltada para a escola básica brasileira. No desenvolvimento da pesquisa, a temática é interpretada a partir da *Estratégia Nacional de Educação Financeira – Enef* -, que foi instituída pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 7.397/2010. Dentre suas iniciativas, a Enef tem o *Programa Educação Financeira nas escolas*, com a finalidade de formar o estudante para que faça escolhas financeiras de maneira consciente e, ainda, de esclarecer como essas decisões podem ser benéficas tanto para a vida pessoal como para o país (CONEF, 2013). Com o Programa, foi formado o *Comitê Nacional de Educação Financeira – Conef* -, que publicou uma coleção de materiais didáticos voltada para os Ensinos Fundamental e Médio.

Como recorte da pesquisa, apresentamos a análise de uma atividade presente no material didático do Ensino Médio norteando-nos pela questão: *quais são as crenças legitimadas por meio das atividades apresentadas no material didático*

elaborado pelo Conef? Diante disso, nosso objetivo é, por meio dessa análise, investigar como a educação financeira está sendo mobilizada no espaço escolar. Para tal, utilizamos como referencial teórico estudos da Sociologia Reflexiva e da Sociologia da Educação. Metodologicamente, realizamos uma análise documental considerando os documentos produzidos desde a instituição da Enef, principalmente os materiais didáticos.

Referenciais teóricos

Articulando os referenciais da Sociologia e da Sociologia da Educação, este trabalho busca envolver alguns conceitos que julgamos pertinentes para a análise proposta. Argumentamos que a educação financeira quando se torna um conhecimento legítimo para ser abordado na escola básica - por meio da instituição da ENEF -, torna-se também legítimo um tipo de educação financeira que satisfaça aos interesses de determinados grupos dominantes responsáveis por produzir os materiais que, por sua vez, são promotores de uma *doxa* dominante.

Entendemos a *doxa* de acordo com Bourdieu (1996), como um “senso comum naturalizado”, que, por ser naturalizado, nem percebemos que é uma construção social, já que passa a ser seguido por professores e estudantes os quais, muitas vezes, não questionam o modo como foi determinada essa educação financeira. Assim, a *doxa* por ser vista como um “ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal; o ponto de vista daqueles que dominam dominando o Estado” (BOURDIEU, 1996, p. 120).

Para complementar a análise, mobilizamos outros conceitos, o de *Estado* e o de *habitus*. O conceito de *Estado* é importante por que lidamos com o material produzido a partir da Enef que foi instituída pelo Governo Federal. Segundo Bourdieu (2007), o *Estado* tem a sua contribuição no que diz respeito à produção e reprodução de instrumentos que constroem a realidade social, nesse sentido, “enquanto estrutura organizacional e instância reguladora das práticas, ele exerce em bases permanentes uma ação formadora de disposições duráveis, por meio de todas as construções e disciplinas a que submete uniformemente o conjunto dos agentes” (BOURDIEU, 2007, p. 212).

Portanto, o *Estado*, enquanto produtor de políticas públicas - como a instituição da Enef -, contribui intensamente para a formação dessas “disposições duráveis” nos agentes, em razão de possuir poder e voz legitimados.

Por sua vez, o conceito de *habitus* contribui para interpretarmos a formação dessas disposições duráveis que, por meio das atividades propostas no material didático, podem formar um tipo específico de *habitus*. Entendemos que o objetivo seja formar jovens estudantes brasileiros para serem adultos responsáveis nas questões financeiras e assim esperar o impacto positivo dessas atitudes na economia do país, conforme interesse do governo. Esse conceito, de acordo com o nosso referencial teórico, constitui um sistema de disposições duráveis e são “estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras” (BOURDIEU, 1983, p. 61).

Diante dos conceitos apresentados, conduzimos a análise da atividade. Esse modo de olhar a educação financeira proporcionou questionamentos no sentido de facilitar o entendimento das diretrizes em âmbito do Governo Federal e de prover de recursos para a interpretação das diversas atividades, tornando possível saber afinal que tipo de “estudante consumidor” que se busca “produzir”.

A educação financeira na escola básica brasileira

Apresentamos a inserção da educação financeira na escola básica em seus dois momentos: com a instituição da Enef em 2010 e com a proposta do tema na BNCC. Nesses dois momentos, a educação financeira vem como uma proposta a ser considerada na sala de aula para desenvolver nos estudantes posturas conscientes sobre o uso do dinheiro.

A Enef originou-se de forma correlacionada à situação econômica brasileira. Para a OCDE (2013), com a expansão de recursos econômicos, modificou-se a distribuição de renda e com isso promoveu-se a inclusão social. Com essas alterações, facilitou-se o acesso de muitos brasileiros aos diversos produtos financeiros, tais como empréstimos e investimentos. Segundo o relatório da OCDE, os brasileiros não possuem atitudes que mostrem um planejamento financeiro, ou seja, não possuem uma educação a esse respeito. Com essa lacuna em seus hábitos, as pessoas não tomam ciência dos riscos bem como dos “instrumentos para a sua proteção, têm dificuldades em tomar decisões a respeito de empréstimos e investimentos, e são vulneráveis a fraudes” (OCDE, 2013, p. 67).

Em nosso modo de ver, essas condições que demandaram a implantação de programas de educação financeira para a população surgiram socialmente e, portanto, essa educação passou a ser vista como necessária. Alcançou tal importância que a proposta não só foi direcionada para a população adulta em geral, como também o foi para as crianças e jovens da escola brasileira, com a criação de programas específicos para esses segmentos.

Seguindo os pressupostos da OCDE, a Enef determina a educação financeira como um processo que contribui para uma compreensão melhor, por parte dos indivíduos, a respeito dos diversos produtos financeiros disponíveis. Nesse sentido, adquirindo-se informação e formação, os indivíduos poderão desenvolver as competências básicas para avaliar as oportunidades oferecidas e os riscos reais que apresentam bem como para contribuir “de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro” (OCDE, 2013, p. 68).

Apresentamos também as propostas que aparecem com a homologação da *Base Nacional Comum Curricular* – BNCC –

em 2017, cujo texto definiu uma série de aprendizagens, consideradas essenciais para os estudantes da escola básica. Nesse documento, a educação financeira vem como um tema contemporâneo que deve ser incorporado aos currículos e propostas pedagógicas juntamente com outros assuntos, tais como saúde, trabalho e diversidade cultural. Há indicação de que a educação financeira seja abordada em aulas de matemática, mais especificamente como um contexto de resolução e elaboração de problemas matemáticos por meio de cálculos e atividades afins.

Considerando a referência às aulas de matemática, dialogamos com as pesquisas acadêmicas produzidas por educadores matemáticos. Notamos uma articulação entre tendências da área da Educação Matemática com o tema. Destacamos a construção de termos como *Educação Matemática Financeira* (LIMA, 2015), *Educação Financeira Crítica* (CAMPOS, 2013) e *Educação Financeira Escolar* (ALMEIDA, 2015).

Atividade para o Ensino Médio: educação para o trabalho ou para tornar-se educado financeiramente?

Para os anos do Ensino Fundamental, as atividades estão estruturadas de acordo com idade dos estudantes. Inicia-se com projetos temáticos até contemplar situações que se relacionam com a realidade do estudante para então chegar, nos últimos anos, a atividades que buscam desenvolver uma atitude autônoma. De acordo com as orientações do material do professor, referente aos quatro primeiros anos, a educação financeira aparece como um contexto que serve para reforçar o desenvolvimento das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Essas orientações são justificadas, no material, pelos resultados insatisfatórios dos estudantes brasileiros nessas disciplinas. Todo esse discurso presente no material didático e na BNCC legitima que a educação financeira deva ser considerada nas salas de aula com o propósito de trabalhar as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Nos livros dedicados ao Ensino Médio, encontramos atividades divididas em blocos que buscam expandir temas ligados em situações de curto, médio e até de longo prazo. Dois blocos têm o foco no âmbito individual, e um bloco no âmbito social.

Tomemos, por exemplo, uma atividade proposta no Tema 4 – Trabalho. Esse tema, de âmbito individual, busca discutir diversas situações as quais o jovem pode ter de enfrentar na busca pelo primeiro emprego. A atividade envolve as discussões sobre a aquisição da carteira de trabalho, sobre como fazer um currículo, dando exemplos de algumas profissões. Nas profissões apresentadas, o trabalho autônomo aparece como um dos tipos de profissionais que atuam na sociedade. Nos exemplos, aparecem os advogados, os médicos, entre outros. No entanto, quando houve uma reflexão aprofundada a respeito desses profissionais, o exemplo tratado foi o da manicure. No modo como interpretamos essa atividade dada como exemplo, tem-se que ela é geralmente exercida por pessoas com baixa qualificação profissional, e esse material tem um público específico. As atividades, ao revelarem as características do público, legitimam as crenças de que essa formação é vista como necessária para esses jovens.

No exemplo a seguir, de outro trabalhador autônomo, a ideia é mostrar como a organização para o sustento da família pode ser feita quando se tem uma renda variável. A atividade apresenta a história de um homem, chamado Antenor, cujo trabalho é fazer cadeiras. Após passar por um imprevisto, que o impossibilitou de trabalhar, viu sua nova condição – a de não poder ganhar para sustentar a família – de forma tranquila. Antenor era um homem que poupava os recursos e, portanto, tranquilamente superou essa crise. Nas palavras do texto,

Mas Antenor era responsável

Não iam tirar sua bonança

Como sua renda era variável

Tinha feito uma poupança

(CONEF, 2013, p.67)

Esse trabalhador exerce uma atividade de pouca qualificação – portanto, com ganhos financeiros baixos – e acaba de passar por um imprevisto que o impede de trabalhar. O texto chama atenção para o fato de ser Antenor um trabalhador e pai de família muito responsável. Mesmo com esse imprevisto, durante esse período ele ficou tranquilo, pois, com planejamento e poupança pôde passar sem dificuldades. Entendemos, por esse exemplo, que o discurso privilegia a crença de que a poupança e o planejamento salvaram o Antenor, ou seja, a educação financeira foi útil e essencial, para atravessar por momentos de crise.

No exemplo escolhido para compor a análise neste texto, de trabalho autônomo, a saber, o do marceneiro, representa uma profissão popular em nossa sociedade, que é, muitas vezes, exercida por pessoas com baixa escolaridade. Diante do referencial adotado, essa atividade tenderia a reforçar a crença de que o público que precisa de educação financeira é o de baixa renda; que sem muitos recursos, devem adquirir hábitos de poupança e controle nos gastos, e, além disso, esses jovens, ao término dos estudos na educação básica, buscariam se inserir no mercado de trabalho.

Esses exemplos apresentados no material, ao aproximar as atividades ao cotidiano dos estudantes, reforçam as crenças sobre o caminho possível para eles – o mercado de trabalho – e nos chama a atenção para o que Bourdieu (2015) chama de “causalidade do provável”, no qual a escola mantém exemplos próximos do cotidiano do estudante, com o discurso de que isso possa fazer sentido para eles. Conforme entendimento nosso, isso acaba por reproduzir nesses estudantes disposições para as práticas objetivamente possíveis, de acordo com as dificuldades de se manterem estudando e ingressar no ensino superior. Para Bourdieu (2015), essas disposições, que constituem um *habitus*, quando

inculcadas “pelas condições objetivas e por uma ação pedagógica tendencialmente ajustada a essas condições tendem a engendrar expectativas e práticas que são objetivamente compatíveis com essas condições” (BOURDIEU, 2015, p. 94).

Destarte, essas crenças impostas por essas atividades nos mostram que o *Estado*, enquanto legítimo para impor categorias de pensamento que se tornam práticas na escola, reforça a *doxa* dominante que impõe. Para Bourdieu (2014), o *Estado* tem, entre suas funções, “a produção de identidade social legítima” (BOURDIEU, 2014, p. 38). Essas crenças, quando vivenciadas na escola, podem produzir, de acordo com o que pensamos, disposições – *habitus* –, e estes reforçam o lugar social desses estudantes, fazendo com que naturalizem esse destino social imposto por herança e reforçado pela escola.

Conclusões

Com a presente análise, procuramos por meio da interpretação sociológica e, a partir dos conceitos de *Estado*, *doxa* e *habitus*, um entendimento do discurso produzido sobre a inserção da educação financeira na sala de aula. Esses conhecimentos relacionados ao uso do dinheiro nos parecem pertinentes por apresentarem às crianças, adolescentes e jovens ferramentas básicas para saberem lidar com tantos produtos do mundo das finanças. Contudo, devemos enquanto educadores e educadores matemáticos nos questionar *como* esses conhecimentos estão sendo articulados e porque o foco estaria voltado aos menos favorecidos.

Quando mobilizamos em nossa análise conceitos da Sociologia, desnaturalizamos práticas e discursos que, de forma inconsciente, inculcam nos estudantes certas atitudes – *habitus* –, os quais, em longo prazo, os levam a acreditar nos destinos sociais que lhes são impostos. Para Nogueira e Nogueira (2002), os estudos de Bourdieu fornecem-nos um panorama “macrossociológico de análise das relações entre o sistema de ensino e a estrutura social” (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2002, p. 35).

Voltando à questão proposta para essa análise, a saber: *quais as crenças que são legitimadas por meio das atividades apresentadas no material didático elaborado pelo Conef?* – podemos entender a esse respeito que as crenças legitimadas se aproximam de atitudes racionalistas e marcadas pelo individualismo, ao propor atividades sobre o trabalho autônomo que, a nosso ver, isenta o Estado de responsabilidades e reforçam os preceitos do neoliberalismo.

Embora a ideia de garantir o acesso à educação financeira, por meio da Enef e da BNCC, a todos os estudantes de escolas brasileiras seja interessante – tido por nós como um direito social legítimo –, devemos discutir sobre o modo como tais conhecimentos estão sendo conduzidos nas escolas. Para Catani e Gilioli (2008), os jovens precisam, para além de uma alfabetização, que é direito social, ter acesso “a oportunidades de trabalho e bens culturais” (p. 56). Para os autores, “os jovens de famílias de baixa renda tendem a ficar à margem dos setores mais dinâmicos e modernos do sistema produtivo – por isso, acabam em grande medida sendo excluídos da possibilidade de vivenciar a própria condição juvenil” (CATANI e GILIOLI, 2008, p. 59).

Desse modo, reafirmamos que a educação financeira, enfatizada em exemplos de profissões de baixa qualificação, evidencia o discurso pela busca por profissões autônomas e de cunho empreendedor e pode constituir um caminho para resolver a questão do desemprego e da falta de oportunidade que os jovens, principalmente os de famílias de baixa renda, encontram para a inserção no mercado de trabalho, atrelado à política neoliberal no que tange a atuação profissional e ao público maioritário que forma a grande massa trabalhadora nesse sistema.

Esse *modo de versociológico* nos permite questionar o que, muitas vezes, naturalizamos, como por exemplo, a reprodução das diferenças sociais pela educação: os de baixa renda não vão ao ensino superior. Enquanto educadores éticos, entendemos que tais questionamentos denunciam as propostas - ou os termos da proposta - que beneficia alguns segmentos da sociedade.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, R.M. O Estado da Arte das pesquisas em Educação Financeira no contexto Educação Financeira Escolar. In: XIX Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática, Juiz de Fora, MG, **Anais...** Juiz de Fora, MG: UFJF, 2015.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.) **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, p. 46-81, 1983.

_____. Futuro de classe e causalidade do provável. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A (Orgs.) **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 89 – 142, 2015.

_____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2. ed., 2007.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CAMPOS, A. B. Educação Financeira Crítica e a Tomada de Decisões de Consumo de Jovens-Indivíduos-

Consumidores. In: Encontro Nacional de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática, 17, 2013, Vitória – ES, **Anais...** Vitória, ES: IFES/UFES, 2013.

CATANI, A. M. e Gilioli, R. S. P. **Culturas juvenis**: múltiplos olhares. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CONEF. **Educação financeira nas escolas: ensino médio**. Elaborado pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) – Brasília: CONEF, 2013.

LIMA Jr, H. A. Educação Matemática Financeira: uma proposta de desenvolvimento com alunos do Ensino Fundamental na perspectiva ambiental. In: XIX Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática, Juiz de Fora, MG, **Anais...** Juiz de Fora, MG: UFJF, 2015.

NOGUEIRA C. M. M. e NOGUEIRA, M. A. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, Abril, p. 15-36, 2002.

OCDE, Brazil: Implementing the National Strategy. In: **Advancing National Strategies for Financial Education** Presidência Russa do G20 e OCDE, 2013. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/G20_OECD_NSFinancialEducation.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2016.